

Chacina
de Unai

18 anos

「 A LUTA PELO FIM
DA IMPUNIDADE 」

Antério Mânica é condenado a 64 anos de prisão

Novo julgamento é marcado por
protestos organizados pelo SINAIT



Publicação do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT

Setembro de 2022

DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL

Presidente	Bob Everson Carvalho Machado (RS)
Vice-Presidente	Carlos Fernando da Silva Filho (PE)
Dir. Planejamento e Finanças	Antônio Carlos Costa (SC)
Dir. Adjunta	Virna Soraya Damasceno (RN)
Dir. Administração e Patrimônio	Vânia Elita Teixeira de Abreu (CE)
Dir. Adjunta	Marinilda Verçosa Amorim (AL)
Dir. Política de Classe	Pedro Paulo Martins (RJ)
Dir. Adjunto	Renato Bignami (SP)
Dir. Prerrogativas	Henrique Edson Oliveira Fiorentino (MG)
Dir. Adjunta	Eliane Maria Braga Pereira Gomes (CE)
Dir. Inspeção do Trabalho	Valdiney Arruda (MT)
Dir. Adjunto	Lucas Reis Da Silva (SC)
Dir. Saúde e Segurança do Trabalhador	Francisco Luís Lima (PI)
Dir. Adjunto	Giuliano Gullo (MS)
Dir. Aposentados e Pensionistas	Marli Marlete Chaplin Andrade (SE)
Dir. Adjunta	Alberlita Maria da Silva (PA)
Dir. Comunicação	Maria Teresa Pacheco Jensen (PR)
Dir. Adjunto	Sebastião Estevam dos Santos (SP)
Dir. Assuntos Jurídicos	Wellington Maciel Paulo (BA)
Dir. Adjunta	Francimary Oliveira Michiles (AM)
Dir. Assuntos Parlamentares	Leonardo José Decuzzi (ES)
Dir. Adjunta	Magda Targino M. Leite (PB)
Dir. Assuntos Culturais	Rosângela Silva Rassy (PA)
Dir. Adjunta	Vera Lúcia Amorim Jatobá (PE)
Dir. Relações Intersindicais	Marco Aurélio Gonsalves (DF)
Dir. Adjunto	Benvindo Coutinho Soares (MA)
Dir. Relações Internacionais	Rosa Maria Campos Jorge (GO)
Dir. Adjunto	José Antônio Pastoriza Fontoura (RS)

CONSELHO FISCAL NACIONAL

TITULARES

Franklim Rabelo de Araújo (CE)
Odessa Martins Arruda Florêncio (GO)
Milton de Vasconcelos Batista (RN)

Produção | Invicta Comunicação

Curadoria | Ascom/SINAIT

Email | sinait@sinait.org.br

Telefone | 61 3328-0875

Endereço | SCN Quadra 01, Bloco C,
nº 85, Edifício Brasília Trade Center
Sobreloja 10, Salas 401/8, Brasília/DF
CEP: 70711-902

CARTA AO LEITOR

Até que a justiça seja feita

Três anos de dezoito anos se passaram desde o fatídico dia 28 de janeiro de 2004, data em que o Estado brasileiro sofreu o mais grave atentado contra seu papel de executor da lei; em que Nelson José da Silva, João Batista Soares Lage, Eratóstenes de Almeida Gonçalves e Ailton Pereira de Oliveira perderam suas vidas pelas mãos de frios assassinos; e em que nós, Auditores-Fiscais do Trabalho, perdemos nossos colegas e fomos diretamente atacados por poderosos, que acreditam estar acima da lei. Poderíamos dizer que, ao longo dos anos, a dor deu espaço à luta, mas isso não é verdade. Ambas coexistem e nos dão vigor para resistir e continuar atuando contra a impunidade dos mandantes da Chacina de Unai, pelas famílias em luto, pelo Estado Brasileiro e pela Auditoria-Fiscal do Trabalho, até que a justiça seja feita.

“

Poderíamos dizer que, ao longo dos anos, a dor deu espaço à luta, mas isso não é verdade. Ambas coexistem e nos dão vigor para resistir e continuar atuando contra a impunidade dos mandantes da Chacina de Unai.

”

A nova condenação de Antério Mânica, a 64 anos de prisão, no último dia 27 de maio, trouxe conforto, mas não aplacou a ânsia por justiça. Ainda que a pena seja inferior à do primeiro julgamento - em que foi condenado a 100 anos -, mais um passo foi dado em direção à efetiva e necessária punição ao mandante deste ato bárbaro. É importante destacar que o SINAIT recorreu para pedir o aumento da pena e a imediata prisão do réu.

O processo judicial que, temos convicção, culminará na prisão dos mandantes e intermediários da Chacina, segue de forma morosa. Diante do poderio dos réus, os recursos que postergam a aplicação das penas parecem intermináveis.

Já na esfera administrativa, houve importantes avanços em uma pauta advinda, também, desse trágico capítulo da nossa história. Neste ano, após intensa atuação do Sindicato, o Protocolo de Segurança para Inspeção do Trabalho entrou em vigor. A norma consiste na indicação de procedimentos e condutas para o planejamento e execução das fiscalizações, bem como para enfrentamento de situações de perigo à integridade e segurança dos servidores no exercício de suas atribuições.

A criação do Protocolo traz esperança para os Auditores-Fiscais do Trabalho, que vêm, conforme o monitorado pelo Sindicato, sendo alvos de repetidas situações de violência e ameaça.

Até que os Auditores-Fiscais do Trabalho tenham segurança para efetivar suas atribuições, até que a justiça pelos chacinados de Unai seja feita, o SINAIT seguirá trabalhando incansavelmente.

Bob Machado
Presidente do SINAIT



EM VIGÍLIA POR JUSTIÇA

Mandante da Chacina de Uná foi condenado a 64 anos de prisão. Auditores-Fiscais do Trabalho e familiares realizaram atos públicos durante os quatro dias de julgamento

“São dezoito anos de dor, de sofrimento e de espera pela condenação dos mandantes dos assassinatos do Nelson, do Erastóstenes, do João Batista e do Ailton”. A declaração dada pelo presidente do SINAIT, Bob Machado, ao Jornal Nacional, no encerramento do segundo julgamento de Antério Mânica, resume a aflição vivida pelas famílias, amigos e colegas dos chacinados de Uná. Mas a emoção que prevalecia, ali em frente ao Tribunal do Júri da Justiça Federal em Belo Horizonte, na noite do dia 27 de maio, era

de alívio. O grito, entalado, por justiça ecoou pelos corredores quando a juíza federal Raquel Vasconcelos Alves de Lima leu a sentença, condenando Antério a 64 anos de prisão.

A condenação veio após intenso trabalho da acusação, com assistência do escritório contratado pelo SINAIT, para reforçar as provas que haviam sido questionadas pela defesa no primeiro julgamento, em 2015. Na ocasião, Antério e o irmão, Norberto Mânica, foram condenados a 100 anos de prisão. Mas, três anos depois, a decisão foi anulada pela Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, na análise de recurso interposto pelo réu.

“Tínhamos provas muito consistentes para condenar. A defesa tentou desfazer cada uma delas, de qualquer forma, e a gente conseguiu que os jurados compreendessem que a verdade estava com o Ministério Público”, afirmou a procuradora da Repú-

blica, Mirian Lima, ao comemorar a nova sentença.

O julgamento durou quatro dias. Enquanto dentro do Tribunal, o júri se dedicava à oitiva das dezenove testemunhas e à análise das provas, do lado de fora, Auditores-Fiscais do Trabalho, familiares e amigos protestavam. Toda a Belo Horizonte viu e ouviu. Em outdoors, painéis de led, fronts de TV, disponibiliza-

dos em 500 ônibus, e nas rádios, o SINAIT denunciou a impunidade dos mandantes da Chacina, passados 18 anos do crime.

“Estamos aqui para lembrar, diante desse Tribunal, que o Antério, um dos mandantes da chacina de Unaí, já foi condenado em um júri popular que foi anulado por manobras processuais”, ressaltou o vice-presidente do Sindicato,

Carlos Silva, durante a vigília por justiça, integrada por Auditores-Fiscais do Trabalho, familiares e amigos, vindos de diferentes regiões do Brasil. Na mesma linha, Bob Machado acrescentou: “precisamos sair para trabalhar, fiscalizar a aplicação das leis trabalhistas, sem levar conosco essa dor, esse sofrimento, de não ver justiça sendo feita pelos nossos colegas”.



Jair Amaral (Estado de Minas)

O NOVO JULGAMENTO

No banco de testemunhas, o depoimento mais esperado era do empresário Hugo Pimenta, condenado por intermediar os assassinatos. Perante o júri, ele confirmou o teor de sua delação premiada ao MPF, apontando Antério como um dos mandantes do crime. Afirmou, ainda, que a declaração feita por Norberto, por meio de escritura pública em cartório, usada para

respaldar o recurso que resultou no cancelamento da primeira sentença, não passou de uma manobra para livrar o réu.

Outro depoimento importante foi de Erinaldo de Vasconcelos Júnior, um dos executores. Condenado e cumprindo pena atualmente em regime aberto, ele descreveu detalhes da execução do crime e confirmou que foi contratado por Norberto Mânica e José Alberto de

Castro para dar cabo da vida do Auditor-Fiscal do Trabalho Nelson José da Silva.

Mesmo diante do depoimento de seus cúmplices, Antério Mânica negou participação nos homicídios e acusou o próprio irmão de ser o mandante da chacina. Confrontado pela acusação, optou pelo silêncio e não respondeu às perguntas, limitando-se a atender à magistrada e à própria defesa. ■

AS PROVAS



As provas evidenciaram o que o silêncio do acusado não foi capaz de esconder. Ligações telefônicas, um veículo e a reunião dos envolvidos, tudo coloca Antério no centro do crime.

A representante do Ministério Público Federal (MPF) lembrou que, no dia anterior à chacina, um veículo Marea azul, igual ao da esposa do acusado, foi visto em um posto de gasolina no momento em que os executores e intermediários da chacina se encontraram para decidir se o plano seguiria em frente, diante do fato de que Nelson estava em Unaí, naquela ocasião, acompanhado dos também Auditores-Fiscais do Trabalho João Batista e Erastóstenes. Foi nessa oportunidade que os mandantes decretaram a morte de todos que estivessem na companhia do alvo da emboscada.

Até esse dia, a ordem era para a execução apenas de Nelson, e a logística do crime vinha sendo desenhada com esse intuito. As ligações telefônicas realizadas da fazenda de Antério para a cidade Formosa, em Goiás, onde residiam os pistoleiros e o agenciador, Francisco Pinheiro, já falecido, corroboram com a dinâmica desvendada, diante do júri, pela Procuradoria. Essas ligações antecederam em quatro dias, a hospedagem de Francisco em Unaí onde ele foi novamente contatado,

em três vezes, pelo mandante, dias antes das execuções.

Para dar ainda mais consistência à acusação, foi apresentado depoimento de testemunha que presenciou uma reunião entre os criminosos na empresa Huma Cereais, de propriedade de Hugo Pimenta, no dia 27 de janeiro de 2004, véspera do atentado. O encontro foi narrado com riqueza de detalhes, dando conta, inclusive, do veículo que cada um dos envolvidos usava.

Se ainda restavam dúvidas ao Júri sobre o papel que Antério desempenhou na chacina, elas foram esclarecidas pelo MPF. Em uma ligação interceptada, juntada aos autos do processo, o réu deu ordens claras para as execuções. Do outro lado da linha, seu irmão, Norberto Mânica, ouviu que ao mandar o “menino” (pistoleiro) naqueles “caras lá” (Auditores) estavam cumprindo com a “obrigação” deles.

A defesa tentou. Sobre o Marea, argumentou que existiam vários veículos do mesmo modelo na cidade e que, portanto, o automóvel no posto de combustível naquele dia poderia pertencer a qualquer pessoa. Mas a tese foi desmontada pela acusação, que, em posse de documentos do Departamento de Trânsito de Minas Gerais, demonstrou que naquela cidade, à época, existia apenas um veículo com tais características e ele pertencia à esposa do réu.

Não bastasse toda a crueldade que cerca o crime, a frieza também impressiona. A acusação demonstrou que, após o crime, o mandante fez duas ligações para a Delegacia Regional do Trabalho onde os servidores estavam lotados. No primeiro contato, questionou se todos tinham morrido, mas, ao perceber que os colegas na repartição ainda não sabiam do ocorrido, desligou. Mais tarde, no mesmo dia, ligou novamente, para conferir se seu plano estava concretizado. Nesse momento, o motorista Ailton ainda estava vivo, hospitalizado em estado grave. Para o MPF, Antério fez o contato para verificar a informação passada pelos pistoleiros de que haviam feito quatro execuções.

Diante dos fatos, o Conselho de Jurados condenou novamente o réu pelo crime de quádruplo homicídio, triplamente qualificado por motivo torpe, sem possibilidade de defesa das vítimas e para assegurar a impunidade de outro crime – manter trabalhadores em condições degradantes em suas fazendas em Unaí.

Na leitura da sentença, a juíza Raquel Vasconcelos Alves de Lima afirmou que o acusado “merece maior reprovação, considerando tratar-se de pessoa pública e influente, grande produtor rural, com posição social e econômica relevante na região”.

MARGAS DA IMPUNIDADE

A sentença traz alívio. “Nessa data em que o Tribunal do Júri condena, novamente, um dos mandantes desse crime bárbaro, a sensação é de reconforto, de alívio e é de dever cumprido, também, porque nós, Auditores-Fiscais do Trabalho, representados pelo nosso Sindicato, não descansamos um dia sequer na busca pela justiça, ao lado das famílias e de outras entidades. Valeu a pena”, comemorou Carlos Silva, ao fim do julgamento.

Mas a luta ainda não chegou ao fim. Mesmo com a nova condenação, Antério Mânica recorre em liberdade. Para o advogado Roberto Tardelli, assistente de acusação, entretanto, está claro que o caminho para colocar o mandante da chacina de Unai atrás das grades é cada vez mais curto. “Ele tem menos chances de permanecer em liberdade. Essa condenação me parece definitiva. No mérito, ela não pode ser revista. Acabou!”.

Até que a pena seja efetivamente aplicada, a impunidade segue prolongando o luto das famílias e amigos. “Três Auditores-Fiscais do Trabalho e o motorista a serviço do Ministério do Trabalho foram emboscados e assassinados a tiros. Os responsáveis por esse crime bárbaro continuam livres. É um

absurdo”, pondera a diretora do SINAIT, Rosa Jorge.

Helba Soares, viúva do Nelson, verbaliza: “o sentimento depois dessa segunda condenação é o mesmo, é um sentimento de impunidade, porque até agora os únicos condenados foram os quatro, à pena de morte”.

“Esses 18 anos ficaram como uma lacuna na minha vida. Minha filha tinha seis anos na época. Somos até hoje as viúvas da Chacina de Unai e vamos para o túmulo com esse título”, acrescenta a viúva de Erastóstenes, Marinez Lina de Laia.

Aos olhos do MPF, a justiça por Erastóstenes, João Batista, Nelson e Ailton ainda não foi feita. “Foi uma decisão da juíza com a qual não concordamos de forma nenhuma. Chegamos a pedir a prisão do Antério Mânica, mas ela entendeu

que ele deveria ter o direito de recorrer em liberdade”, ressalta a procuradora da República, Mirian Lima, que acrescenta: “achamos muito injusto que os executores já estejam na fase de regime aberto no cumprimento das penas, enquanto os mandantes e intermediários permanecem soltos”.

Após o fim do julgamento, a procuradoria e a advogada das famílias das vítimas apresentaram recurso de apelação para requerer a ampliação da pena, que foi menor que a condenação inicial, de 2015, e a prisão imediata do réu.

Na esperança da justiça, a luta dos Auditores-Fiscais do Trabalho segue. “Vamos continuar atuando para exigir que as penas sejam cumpridas, com a prisão de todos os mandantes e intermediários”, afirma Rosa Jorge. ■




Jair Amara (Estado de Minas)



UM CRIME CONTRA O ESTADO

Ds Auditores Fiscais do Trabalho Nelson José da Silva, João Batista Soares Lage e Eratóstenes de Almeida Gonçalves, e o motorista Ailton Pereira de Oliveira foram brutalmente assassinados em 28 de janeiro de 2004, em uma emboscada na zona rural de Unaí. A equipe investigava a existência de situações análogas à escravidão em fazendas da região, entre elas a da família Mânica, dos irmãos Antério e Norberto.

Nessas fiscalizações, foram constatadas diversas violações trabalhistas, como falta de registro em carteira, salários inferiores ao mínimo legal, trabalhadores submetidos a regimes exaustivos de trabalho, sem tempo adequado de descanso e em alojamentos precários. Segundo os autos, eram mais de 2.500 trabalhadores que não tinham direito à alimentação sólida, chegando a ficar até 16 horas sem comer.



Fm uma tentativa de silenciar o Estado brasileiro, ali representado pelos Auditores, os irmãos Mânica orquestraram um atentado. A princípio, o alvo seria Nelson, conhecido na região por ser empenhado no exercício de suas atribuições, mas a sanha dos fazendeiros não foi contida diante da informação de que o grupo, naquela fiscalização, era composto por quatro servidores. E a ordem foi dada para execução de todos.

Em uma estrada rural, que liga os municípios de Unaí e Arinos, a caminhonete do Ministério do Trabalho e Emprego, atual Ministério do Trabalho e Previdência, foi interceptada por pistoleiros a serviço dos Mânica. Todos os servidores foram baleados na cabeça. Nelson, João Batista e Eratóstenes faleceram ali mesmo. O motorista, Ailton, mesmo baleado, recobrou a consciência, e dirigiu até o asfalto, no trecho conhecido como curva das sete placas. Lá, recebeu socorro, mas não resistiu.

HISTÓRICO

A dinâmica do crime foi desvendada ainda em 2004, e o Ministério Público Federal apresentou denúncia, indiciando oito dos nove acusados.

Foram julgados, inicialmente, em 2013, os executores: Erinaldo de Vasconcelos Silva, condenado a 76 anos e 20 dias de prisão por formação de quadrilha e pelos quatro homicídios triplamente qualificados; Rogério Alan Rocha Rios, condenado a 94 anos pelos mesmos crimes; e William Gomes de Miranda a 56 anos pela prática de homicídio triplamente qualificado. Apenas o último permanece preso, cumprindo pena por outro crime, os demais progrediram de pena e

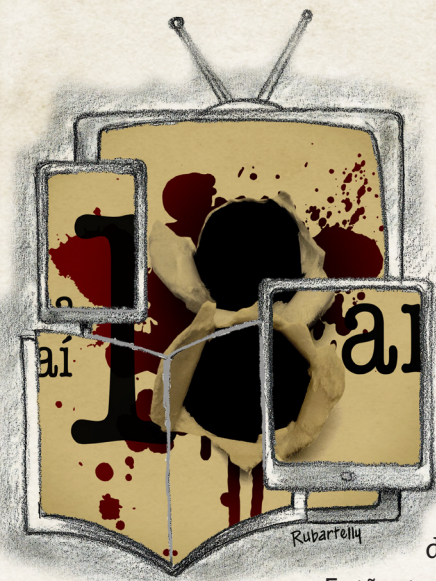
estão atualmente em liberdade.

Em 2015, novos julgamentos resultaram na condenação dos intermediários e mandantes da Chacina. Hugo Alves Pimenta e José Alberto de Castro receberam penas de 96 anos de prisão por intermediarem o crime. A pena de Pimenta foi reduzida, em razão de acordo de delação premiada, para 48 anos e, depois, novamente, na análise de recurso pela 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), em 2018, para 31 anos de prisão. O recurso também resultou na redução da pena de Castro para 58 anos. Ambos ainda recorrem em liberdade.

Aos irmãos Mânica, as penas imputadas, em 2015, foram de 100 anos de reclusão. Norberto, que chegou a ser preso em agosto de 2004, mas foi libertado por *habeas corpus* concedido pelo Superior Tribunal de Justiça em 2006, também foi beneficiado pelo recurso da 4ª Turma do TRF1 e teve a pena reduzida, já descontado o período que permaneceu preso, para 65 anos e 7 meses. Antério obteve, no julgamento do recurso em 2018, a anulação da condenação. O colegiado entendeu que ele deveria ser julgado por um novo júri popular. Em 27 de maio de 2022, foi novamente condenado. Dessa vez, a pena é de 64 anos de prisão. Os mandantes também permanecem em liberdade.

Francisco Elder Pinheiro, identificado como responsável por contratar os pistoleiros, morreu em 2013, vítima de AVC. Ele respondia pelo crime em regime de prisão domiciliar. Humberto Ribeiro dos Santos, contratado para apagar provas, está em liberdade desde 2010. O crime do qual foi acusado está prescrito. ■

O segundo julgamento de Antério Mânica teve ampla repercussão na imprensa. Veículos de todo o país noticiaram a condenação



permanece impune. Em nível nacional, a Band News TV, a TV Band, do mesmo grupo, e a Globo deram repercussão ao caso em seus principais jornais. "A impunidade nos perseguia.

Então, ter uma sentença condenando o Antério, é uma vitória", afirmou Carlos Calazans, ex-delegado regional do Trabalho, responsável por coordenar o trabalho das vítimas da Chacina, em entrevista à Band News TV. A reportagem trouxe, ainda, um breve histórico do caso e cenas dos atos públicos promovidos pelos AFTs em frente ao Tribunal. O portal R7 fez uma série de reportagens. Na primeira, publicada do dia 24 de maio, o veículo apresentou um balanço sobre as condenações dos envolvidos no crime e evidenciou que, com exceção de William Gomes de Miranda, preso por outro crime, todos estão soltos. Após o julgamento, no dia 27, o veículo ressaltou a emoção dos familiares e amigos das vítimas. "Condenado em 2015 e condenado agora, porque para nós nunca houve dúvida: ele mandou matar nossos colegas. Nós queremos vê-lo atrás das grades", afirmou Carlos Silva, vice-presidente do SINAIT, à reportagem. O monitoramento da repercussão do novo julgamento está disponível no site sinait.org.br. Confira. ■

do mandante da Chacina de Unaí a 64 anos de prisão. Na mídia local, impressa e online, destaque para a cobertura do Jornal Minas, Estado de Minas e G1 Minas Gerais. As equipes de reportagem acompanharam *in loco* as oitavas, a deliberação do júri popular, a leitura da sentença e os protestos dos Auditores-Fiscais do Trabalho (AFTs) pelo fim da impunidade.

"A sentença foi necessária. O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, juntamente com as famílias, está em vigília há 18 anos. São 18 anos de dor, de espera, de sofrimento pela condenação dos mandantes dos assassinatos do Nelson, do Erátóstenes, do João Batista e do Aílton. É importante que a sociedade seja reparada neste momento", afirmou o presidente do SINAIT, Bob Machado, ao G1 Minas. Na televisão, local e nacional, o caso também ganhou destaque. A TV Alterosa e o Balanço Geral MG deram conta de que o crime, executado há 18 anos a mando do ex-prefeito da cidade de Unaí,

Relembre algumas das reportagens, apontando a câmera do seu celular para o Qr Code.

JORNAL NACIONAL

Chacina de Unaí: ex-prefeito Antério Mânica é condenado a 64 anos de prisão



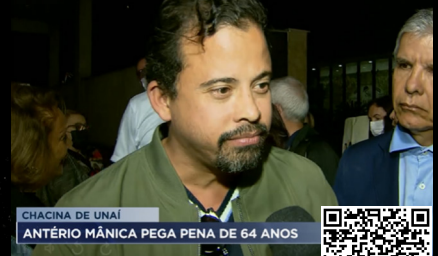
BAND NEWS TV

Ex-prefeito da cidade de Unaí/MG é condenado a 64 anos de prisão



PORTAL R7

Ex-prefeito de Unaí é condenado a 64 anos de prisão



O LEGADO DOS AUDITORES-FISCAIS DO TRABALHO

Sua partida deixou profundas marcas em nossas vidas, mas a gente fica com seu exemplo de honradez, pai amoroso e cidadão do bem”,

Genir Lages, viúva de João Batista.

“Ele era excelente em tudo que fazia. Tudo que ele fazia era com excelência, responsabilidade, com piedade das pessoas que estavam em sofrimento. Ele era perfeito como ser humano”,

Helba Soares, viúva do Nelson.

“Se não fosse o Nelson, com a organização, com a sagacidade que ele tinha, nós não teríamos a condenação trabalhista que obtivemos”,

Adriana Augusta Souza, procuradora do Ministério Público do Trabalho.

“Minha família vai ter uma história escrita. De pai trabalhador, honesto que perdeu a vida por uma causa”,

Marinez Lina de Laia, viúva de Erastóstenes.



Sindicato Nacional dos
Auditores Fiscais do Trabalho

